

**Impresso
Especial**

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS....



**GOVERNO DO
PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.31, n.11-12, novembro/dezembro 2009

sumário

- 3 A RECESSÃO E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE 2009: ELEMENTOS EXPLICATIVOS
Gilmar Mendes Lourenço
- 9 NOVAS ALIANÇAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
Guilherme Amorim
- 11 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS CONTAS REGIONAIS DO ANO DE 2007
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 14 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
Roger Braganhol
- 17 ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

ROGER BRAGANHOL (*Estagiário*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

LUIZA DE FÁTIMA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A RECESSÃO E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE 2009: ELEMENTOS EXPLICATIVOS

Gilmar Mendes Lourenço*

O cardápio de indicadores econômicos correntes e antecedentes apresenta sinais inequívocos de inflexão da curva descendente da atividade econômica brasileira, que surgiu em outubro de 2008, quando a crise internacional atingiu, de maneira profunda, os ramos mais articulados ao comércio externo, pela via perversa da diminuição da demanda, dos preços e do crédito.

A despeito do caráter quase exaustivo da discussão dos elementos qualitativos e quantitativos da chegada da instabilidade exógena no ambiente doméstico, particularmente no parque fabril, e dos efeitos das medidas implementadas pelas autoridades econômicas, visando à mitigação e à neutralização do cenário adverso, nunca é demais sublinhar alguns detalhes que definiram a rota cadente da produção e das transações que determinaram a reversão das expectativas e das tendências desfavoráveis.

Ressalte-se que a curva positiva anterior repousava na enorme capacidade de resposta (e inserção) dos agentes produtivos atuantes no território brasileiro ao maior ciclo de expansão da economia mundial dos últimos quatro decênios, acentuado desde 2004, o que resultou na melhoria dos termos de troca do País e na multiplicação do estoque de reservas internacionais, superando o montante da dívida externa, e à reação da demanda interna, sobretudo a partir do final de 2005.

A dinâmica endógena, em parte atrelada aos impulsos de fora, foi multiplicada pelo aumento da oferta e alguma redução do custo do crédito, facilitado pela proliferação da modalidade em consignação (com desconto na folha de salários), pela extensão dos prazos de pagamento das prestações e pela elevação da massa de rendimentos.

A subida dos patamares de renda esteve centrada na conjugação entre a preservação do controle da inflação, a recuperação dos níveis de emprego formal e os acréscimos de remuneração real – por conta da ocorrência de negociações mais frouxas, por ocasião dos acordos e convenções coletivas da esmagadora maioria das categorias profissionais, e do prosseguimento da política de valorização do salário mínimo (SM) – e a disseminação e alargamento da dotação de recursos para os esforços oficiais direcionados à transferência de renda, capitaneados pelo Programa Bolsa Família.

A estabilização inflacionária pode ser observada pela variação de 4,2% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em doze meses até novembro de 2009, mensurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inferior à meta de 4,5%, fixada pelo Banco Central (BC); e, desde 2003, o salário mínimo real registrou variação de quase 50,0% e os programas oficiais foram responsáveis por mais de 1/5 do incremento da renda *per capita* da população brasileira.

Mais especificamente, desde fins de 2005 a vigorosa velocidade de crescimento das vendas externas passou a ser acompanhada pela firme reativação do consumo interno de bens duráveis, liderado por móveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos e de informática, incitando decisões empresariais de aumento da produção na base do sistema, formada por bens de investimento e, em menor intensidade, por matérias-primas e insumos básicos.

Tanto isso é verdadeiro que, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física do IBGE (PIM-PF), enquanto a atividade industrial como um todo exibiu variação de 6,4% entre janeiro e setembro de 2008, em referências trimestrais, quando cotejada com o mesmo intervalo de 2007, as categorias de bens de consumo duráveis e bens de capital cresceram 12,2% e 18,7%, respectivamente (tabela 1).

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

TABELA 1 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO CATEGORIAS DE USO - 2008-2009

CATEGORIAS	VARIAÇÃO %						
	2008				2009		
	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.
Bens de capital	17,3	19,2	19,7	2,5	-20,2	-25,5	-22,2
Bens intermediários	6,1	4,4	5,2	-9,2	-18,1	-13,5	-9,2
Bens de consumo duráveis	13,7	14,1	9,0	-19,4	-22,6	-16,2	-5,6
Bens de consumo não-duráveis e semi	1,3	1,9	3,6	-1,2	-2,8	-3,3	-2,7
TOTAL	6,4	6,2	6,7	-6,3	-14,6	-12,3	-8,3

FONTES: IBGE

NOTA: Base de comparação: igual trimestre do ano anterior.

Já a produção das divisões de bens de intermediários e de consumo não-duráveis (alimentos, bebidas e remédios) e semiduráveis (calçados, tecidos e roupas) variou 5,2% e 2,2%, respectivamente. O menor embalo dos intermediários adveio do estágio incipiente das compras entre indústrias, comprovando a persistência e a influência das incertezas estruturais para as decisões de longa maturação.

Para bens não-duráveis e semiduráveis, o fraco comportamento pode ser imputado à proximidade do limite de cobertura da demanda reprimida e, por consequência, ao seu deslocamento para a classe de duráveis, induzido e/ou atestado pela melhoria na distribuição de renda e pela intensificação da mobilidade social nos tempos recentes.

Adicione-se o barateamento relativo dos preços dos alimentos, referendado pela evolução da capacidade de aquisição da cesta básica pelo SM, que passou de 0,78, em 1995, para 1,22 em 2003 e 2,25 em setembro de 2009, segundo estimativas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE).

Essa congruência de componentes virtuosos foi interrompida a partir dos últimos três meses de 2008 quando aconteceu o instantâneo contágio interno do colapso financeiro e comercial exógeno. Em princípio, a crise foi negada e/ou negligenciada pelo governo, e depois tratada de forma equivocada, amparada na compressão dos depósitos compulsórios das instituições financeiras junto ao BC, sem a simultânea redução dos juros (a taxa selic foi majorada de 13,0% ao ano para 13,75% a.a.), e na venda de dólares no mercado de câmbio, no afã de debelar as pressões inflacionárias implícitas na valorização do padrão monetário estrangeiro e mitigar os prejuízos amargados por grandes companhias brasileiras envolvidas com mercados futuros de câmbio e que apostaram excessivamente na continuidade da valorização do real.

O episódio do câmbio, diga-se de passagem, de natureza global, foi anulado pelo próprio mercado ao longo de 2009, produzindo nova onda de depreciação da moeda norte-americana, sobretudo nos limites geográficos do Brasil, alertada inclusive pelo Nobel de Economia de 2008, Paul Krugman, em paralelo às distorções bastante conhecidas na estrutura de preços relativos que, mesmo ensejando rodadas de modernização das linhas de produção, prejudicam as exportações e os projetos engajados em estratégias substitutivas de importações. O economista Bresser Pereira vem insistindo no prognóstico de redesenho do palco da economia mundial, sendo: China, a fábrica; Índia, a produtora de *softwares*; e, o Brasil, a Fazenda.

É visível o alastramento de atitudes empresariais rumo à revisão criteriosa das cadeias de suprimentos, privilegiando os elos ligados às compras internacionais

De fato, é visível o alastramento de atitudes empresariais rumo à revisão criteriosa das cadeias de suprimentos, privilegiando os elos ligados às compras internacionais, principalmente nos ramos de bens de capital e intermediários, caso dos eletroeletrônicos, peças para veículos, resinas plásticas e minerais não-metálicos.

Nessas condições, a atividade econômica entrou em parafuso, impactando negativamente no contingente empregado, e caracterizando a ocorrência do evento de recessão técnica no

País, em fase com a retração mundial, comprovada pela elevação de apenas 0,8% dos níveis de atividade, no 4.º trimestre de 2008, e queda de 2,1% e 1,6%, no 1.º e 2.º trimestres de 2009, respectivamente.

Na indústria, o decréscimo da produção foi de 6,3%, 14,6% e 12,3%, respectivamente, conduzido por bens de capital, em face da exacerbação das perspectivas sombrias ao investimento produtivo, por bens de consumo duráveis, motivado pela escassez e encarecimento do crédito, e por bens intermediários, explicado pela diminuição da procura e dos preços externos.

No entanto, a observação do recuo dos patamares produtivos em um ano encerrado em setembro de 2009 proporciona a identificação da real dimensão da crise. Por essa ótica, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 1,0%, com quedas de 7,1% na indústria e 4,0% na agropecuária e expansão de 1,9% nos serviços. Pelo enfoque da utilização final, recuos expressivos ocorreram nas exportações (-10,9%), importações (-10,5%) e formação bruta de capital fixo (-10,2%). As variações de 3,1% no consumo das famílias e de 2,5% nos gastos do governo serviram para amenizar a queda, e a taxa de investimento atingiu, ao final do 3º trimestre de 2009, 17,7% do PIB contra 20,1% no mesmo período de 2008 e 18,7% em todo o exercício de 2008.

A retração na indústria extrativa e de transformação em doze meses foi de 10,3%, a maior apurada pela série histórica do IBGE, determinada por bens de capital (-16,6%), de consumo duráveis (-15,7%), intermediários (-12,4%) e semiduráveis e não-duráveis (-2,5%). O menor impacto da turbulência externa, nesta última categoria, derivou do caráter inelástico da demanda por bens saláris em relação à renda (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO CATEGORIAS DE USO - SETEMBRO DE 2009

CATEGORIAS	VARIÇÃO EM %	
	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Bens de capital	-22,7	-16,6
Bens intermediários	-13,5	-12,4
Bens de consumo duráveis	-14,5	-15,7
Bens de consumo não-duráveis e semi	-2,9	2,5
TOTAL	-11,6	-10,3

FONTE: IBGE

NOTA: Base de comparação: igual período do ano anterior.

O retardo no reconhecimento da crise e a deflagração de iniciativas localizadas para revertê-la afetaram o *timing* do alcance dos resultados. As ações foram antecedidas pela seleção dos ramos mais atingidos e merecedores de proteção, mediante a identificação da capacidade de pressão política e de geração de emprego (incluindo o peso do corporativismo subjacente aos movimentos sindicais, em clima de democracia plena) e, por derradeiro, dos desdobramentos multiplicadores em distintos elos de várias cadeias produtivas.

Na prática, as providências contra a recessão priorizaram a compensação da insuficiência de recursos financeiros externos por internos, com o avanço da participação das entidades públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), a abertura de flancos de socorro a pequenos bancos e médios bancos em dificuldades, e a renúncia fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), voltada a incentivar a desova de estoques de automóveis, eletrodomésticos de linha branca e materiais de construção.

O cerne da política monetária também encampou a diminuição da taxa selic de 13,75% a.a., em dezembro de 2008, para 8,75% a.a., em julho de 2009, repassada marginalmente aos juros finais para as linhas para consumo, giro e investimento fixo. Segundo o BC, apesar do volume de crédito ter crescido 15,3% em doze meses encerrados em outubro de 2009, atingindo 45,9% do PIB, os juros médios para empréstimos situavam-se em 35,6% a.a. em outubro de 2009, sendo 44,2% a.a. para pessoas físicas e 26,5% a.a. para pessoas jurídicas.

As linhas de crédito pessoal cobravam 62,1% a.a.; as de empréstimo em consignação 27,2% a.a.; as de veículos 25,6% a.a.; e as de cheque especial 160,0% a.a. Os *spreads*

(diferença entre o preço final do dinheiro emprestado e o custo de captação dos bancos) estariam em 33,4% a.a. para as famílias e 17,7% a.a. para as empresas.

Nesse contexto, a economia começou a acusar reativação, a partir do 2.º e 3.º trimestres de 2009, confirmada pela expansão do PIB de 1,1% e 1,3%, respectivamente, em confronto com os três meses imediatamente precedentes.

Para o setor industrial (incluindo construção civil e serviços de utilidade pública), a expansão foi de 2,6% e 2,9%, respectivamente, tendo como carro-chefe o ramo de duráveis de consumo, que cresceu 11,5% e 9,2%, respectivamente, movido essencialmente a desoneração fiscal e a crédito e grandemente subordinado ao potencial de endividamento primário das famílias, cujos fluxos de renda vêm variando menos que o volume de crédito aportado (tabela 3).

TABELA 3 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO CATEGORIAS DE USO - 2008-2009

CATEGORIAS	VARIAÇÃO %						
	2008				2009		
	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.
Bens de capital	4,4	2,8	4,2	-9,8	-17,9	-1,6	6,1
Bens intermediários	1,7	-0,6	0,2	-10,4	-6,4	3,6	3,8
Bens de consumo duráveis	5,8	0,7	-1,5	-24,1	2,1	11,5	9,2
Bens de consumo não duráveis e semi	0,2	0,3	1,3	-2,8	-1,9	1,5	0,0
TOTAL	0,7	1,1	1,3	-9,7	-6,7	3,9	4,1

FONTA: IBGE

NOTA: Base de comparação: trimestre imediatamente anterior.

Enquanto isso, a fabricação de não-duráveis permaneceu estagnada, em função das já mencionadas exaustão de fração substancial das carências de consumo deprimido e do efeito desvio de demanda para duráveis; a de bens intermediários exprimi desempenho ainda pífio, em decorrência da persistência do panorama de contração das exportações ligado ao declínio da demanda externa, à valorização do real e à depreciação do câmbio da China, fragilizando a competitividade brasileira, também naquele mercado; e a de bens de capital denota reação apenas no 3.º trimestre, vinculada à demanda interna.

No que se refere aos bens de capital, cuja produção cresceu 3,1% no 3.º trimestre, sinais positivos foram emitidos pela participação de 51,0% do valor dos empréstimos para aquisição de equipamentos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), da linha Finame do BNDES, entre julho e outubro de 2009, a juros de 4,5% a.a.

Nessas circunstâncias, e a despeito da safra positiva de indicadores sensitivos, colhida por diferentes instituições de pesquisa que medem índices de confiança de organizações e consumidores, a feitura dos cenários para 2010 deve adequar-se menos a fotografias e mais a animações ou a filmes, fazendo os fatores estáticos perderem espaço para os de movimento.

Mesmo porque, apesar da geração líquida de 1,16 milhão de empregos formais no País, entre janeiro e outubro de 2009, consubstanciando um recorde histórico apresentado pelas estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ainda falta a reposição de 216,0 mil dos 500,0 mil postos cortados entre novembro de 2008 e março de 2009.

Ademais, segundo a consultoria Economatica, 119 grandes empresas brasileiras (fora Petrobrás e financeiras) registraram queda nas vendas reais por quatro trimestres consecutivos (-10,0%, no 4.º trimestre de 2008, e -2,4%, -0,3% e -3,0%, no 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2009, respectivamente), devido ao fraco desempenho exportador. Levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) aponta recuo de quase 25,0% no valor das vendas externas de produtos manufaturados brasileiros entre janeiro e outubro de 2009, o maior desde 1980.

É oportuno compreender que, como a recuperação em curso é proveniente de causas conjunturais, transitórias e reversíveis, que podem sucumbir de maneira tão rápida como apareceram, faz-se necessário levantar, interpretar e, se possível, ativar ações dirigidas à amenização, ou mesmo à correção, de alguns parâmetros de perturbação do equilíbrio instável do sistema.

Na órbita internacional, ressaltam-se as inquietações quanto aos rumos da economia mundial. Esta exhibe uma saída do fundo do poço depressivo ancorada em políticas monetárias e fiscais expansivas que, mesmo tendo logrado êxito na interrupção das quebraadeiras e na salvação de bancos e organizações produtivas, ainda não atingiram o consumo e o investimento privado e o mercado de trabalho, o que demarca um quadro de risco de recrudescimento dos focos da espiral inflacionária.

O Índice Case-Shiller, que afere a tendência do mercado imobiliário dos Estados Unidos (EUA), acusou valorização de 5,0% entre maio e setembro de 2009, depois de despencar 7,2% entre dezembro de 2008 e abril de 2009. Porém, o desemprego nos EUA atingiu, em outubro de 2009, 10,2% da População Economicamente Ativa (PEA), a maior marca desde abril de 1983, mesmo tendo caído para 10,0% em novembro, contabilizando 15,7 milhões de pessoas sem ocupação, o que significa aumento do contingente de desempregados de 8,2 milhões desde o começo das turbulências, em dezembro de 2007.

As famílias norte-americanas, endividadas e inadimplentes, têm priorizado a elevação da poupança em detrimento do consumo, o que mantém as apreciáveis margens de ociosidade das empresas, próximas de 30,0% da capacidade produtiva, e força o ajuste privado para baixo nos níveis de emprego e de salários. A par disso, as injeções fiscais impulsionam o déficit e a dívida pública e enfraquecem o dólar.

Na mesma linha de argumentação, apesar de a agência Eurostat ter identificado crescimento de 0,4% e 0,2% do PIB da Zona do Euro e da União Europeia, respectivamente, no 3.º trimestre de 2009, depois de cinco recuos seguidos, a desocupação permanece elevada naqueles espaços. A taxa chegou a 9,8% na zona do Euro e 9,3% na União, em outubro de 2009, significando as maiores marcas desde janeiro de 1999 e janeiro de 2000, respectivamente.

Ressalte-se que o Brasil elevou de US\$ 10,0 bilhões para US\$ 14,0 bilhões a oferta de recursos ao programa "New Arrangement to Borrow" (NAB, "Novo Arranjo para Empréstimos") do Fundo Monetário Internacional (FMI), a serem deslocados das reservas internacionais, quando pleiteados pela entidade multilateral. Com essa decisão, o País está habilitado a desfrutar de direito de veto nas definições relativas ao programa. O NAB representa uma linha especial do Fundo, instituída pelo G20 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo, demais nações da União Europeia e as 12 principais economias emergentes), direcionado a operações de socorro financeiro.

As esperanças de reação consistente das exportações brasileiras esbarram no acirramento da concorrência intercapitalista no pós-crise

Adicionalmente, as esperanças de reação consistente das exportações brasileiras esbarram no acirramento da concorrência intercapitalista no pós-crise, no peso do yuan desvalorizado, comprometendo as condições de competitividade, inclusive no *front* chinês, na apreciação do real e na restauração volátil das cotações das *commodities*, que carrega mais componentes especulativos do que de mercado físico, fruto das aplicações das sobras financeiras dos grandes fundos nas operações de futuro em modalidades com retornos altamente atraentes. Quanto à valorização do real, cabe destacar que, ao final de 2008, durante o ápice da crise, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sentenciava que a depreciação do câmbio seria o "lado bom".

No campo doméstico, sobressaem três ordens de barreiras nada desprezíveis. A primeira delas compreende os diferentes ímpetus entre a recuperação da renda e a ampliação do consumo a prazo, a preços financeiros acima de qualquer parâmetro considerado civilizado e/ou compatível com os fluxos de caixa das famílias. Isto configura um campo fértil para o plantio e a colheita de surtos de endividamento e inadimplência, o que poderia abalar, irremediavelmente, o papel do consumo interno como válvula de escape à perda de vigor das exportações.

Cálculos da Serasa mostram que a inadimplência das empresas, consubstanciada em atrasos nos pagamentos de prestação superiores a 90 dias, cresceu 24,3% entre janeiro e outubro de 2009. A falta de pagamento dos consumidores aumentou 8,0%, sendo que, no mês de outubro, o passivo estava concentrado em bancos (44,6%), cartões de crédito e financeiras

(36,2%) e cheques devolvidos (17,3%). Já, de acordo com o BC, a inadimplência dos consumidores estaria em 8,1% e a das empresas em 5,8% em outubro de 2009.

A devolução de cheques sem fundos, embora tenha correspondido a 1,9% do número de documentos compensados em outubro de 2009, o menor patamar em 13 meses, chegou a 2,1% no acumulado dos dez meses de 2009, representando variação de 11,7%. Esses problemas podem ser minimizados no final do ano, caso o ingresso dos recursos do 13.º salário, potenciados pelo acréscimo real do SM, seja canalizado mais para a cobertura de dívidas e menos para as despesas correntes das famílias.

A segunda limitação interna equivale ao elevado custo do capital para giro e investimentos, em razão, primordialmente, da acentuada oligopolização do sistema financeiro atuante no País e da expressiva participação do governo na disputa pelos recursos bancários para a rolagem do seu passivo de curto prazo, em contextos de dificuldades de captação de haveres externos, principalmente por pequenas e médias empresas. Há também a interferência da pronunciada vulnerabilidade do mercado de capitais interno, que, por ser ainda diminuto, flutua conforme os humores internacionais e as injunções da política macroeconômica do governo federal.

A terceira adversidade engloba o substancial e crescente comprometimento dos recursos do orçamento público com dispêndios de custeio da máquina e encargos da dívida, enfraquecendo a capacidade de inversão do governo, sobretudo na desobstrução dos gargalos infraestruturais ao crescimento sustentado. Aliás, o regresso do keynesianismo imposto pela crise serviu apenas para justificar a ganância oficial.

O superávit primário das contas públicas ficou em 1,0% do PIB em doze meses terminados em outubro de 2009, contra meta oficial de 2,5% e 4,1% em 2008. Segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF), do governo federal, o ritmo de expansão das inversões federais arrefeceu em 2009, crescendo 21,9% entre janeiro e outubro, contra 25,7% e 50,8%, respectivamente, no mesmo intervalo de 2008.

Por esse prisma, a manutenção do IPI reduzido para veículos *flex* ou a álcool e a extensão do incentivo para móveis, até 31 de março de 2010, configuram a primazia do gasto público, inclusive em estágios de aceleração da dinâmica privada. A inclusão dos materiais de construção na prorrogação do IPI menor até o 1.º trimestre de 2010 reflete a aceitação, por parte do governo, da tese de ciclo longo da construção civil, levantada pelos empresários, acoplada aos impactos positivos no mercado de trabalho não qualificado e à necessidade de viabilização do programa federal “Minha Casa Minha Vida”. Os financiamentos habitacionais da Caixa Econômica Federal (CEF) aumentaram mais de 85,0% em 2009, já descontada a inflação medida pelo IPCA.

Por fim, a quarta barreira abarca a absoluta ausência de interesse na preparação das bases de um projeto de crescimento para o País, englobando a negociação e designação política dos ganhadores e perdedores diretos, e a criação de margens para a discussão e aprovação das reformas estruturais.

As modificações institucionais poderiam assegurar o cumprimento dos requisitos fiscais, tributários, financeiros, de ciência e tecnologia e geração de poupança, exigidos para a construção da competitividade sistêmica do País, em condições de abalo dos alicerces da globalização produtiva e financeira. A propósito, os dispêndios (públicos e privados) em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil absorvem 1,1% do PIB por ano, contra média de 3,5% a 4,0% dos países asiáticos. Por aqui, mais da metade das aplicações provém do governo federal, enquanto naquelas nações a participação pública oscila entre 15,0% e 25,0%.

Três medidas executivas referentes ao comércio exterior destacaram-se no final de 2009. O Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) promoveram a isenção tarifária para produtos originários dos trinta países mais pobres do globo; as listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, que seriam gradualmente abandonadas a partir de dezembro do próximo ano, ganharam sobrevida de um ano e serão eliminadas, de uma só vez, no final de 2011; foram estabelecidos com 21 outros países em desenvolvimento os princípios de um acordo que cortará em 20% as tarifas comerciais entre as partes.

A primeira iniciativa tem relevância política superior à econômica, dado o limitado potencial de crescimento no fluxo de comércio com essas nações. A partir do próximo ano, 80% dos produtos provenientes desses países tornar-se-ão isentos do pagamento de tarifas de importação; gradualmente, até 2014, a desobrigação tributária incluirá toda a pauta importada pelo Brasil. Dentre as economias que se beneficiarão dessa vantagem está Bangladesh, que possui pródiga produção têxtil. A repentina abertura alfandegária elevaria o estresse da indústria nacional, pressionada atualmente pela competição chinesa e pela tergiversação da burocracia argentina. O Itamaraty assegurou, *a priori*, presença de salvaguardas à súbita entrada de mercadorias isentas.

Uma questão a ser cuidadosamente examinada nesse acordo diz respeito à certificação de origem dos bens industriais importados. Há o risco de que esses parceiros comerciais preferenciais se tornem entrepostos de “maquiagem” de produtos destinados ao Brasil, ou seja, produzidos alhures e recebedores de alterações cosméticas para, fraudulentamente, se beneficiarem da isenção. Estabelecidos os parâmetros de certificação, o País conta com eficiente estrutura de fiscalização – o Departamento de Defesa Comercial (DECOM), órgão da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), tem se mostrado particularmente atuante.

A medida, de todo modo, foi tomada sem comunicação prévia aos países-membros do Mercosul, dos quais o Brasil precisa de aprovação para eliminar tarifas alfandegárias. Apesar de ter sido surpreendida pela decisão, a Secretaria de Comércio da Argentina, contumaz usuária de mecanismos protecionistas arcaicos, não deve exsurgir-se contra a iniciativa.

Negociadores brasileiros e argentinos chegaram a um consenso quanto à prorrogação das listas de exceção da TEC, anunciada durante a última reunião de cúpula do bloco, em dezembro. As listas são compostas de produtos que não precisam respeitar a alíquota acordada no Mercosul. Brasil e Argentina podem inscrever até 100 produtos na lista; ao Uruguai permitem-se 125; ao Paraguai, 150 produtos. Estas exceções distorcem o comércio e dificultam o processo alfandegário, mas a recorrente falta de acordo sobre a harmonização das alíquotas e sobre seu ritmo de redução marcou o encontro. A implantação de uma nova data-limite para o fim das listas é cercada pelo descrédito, uma vez que, até dezembro de 2011, Brasil e Argentina elegerão novos presidentes.

Dentre as propostas brasileiras de elevação da TEC, aprovadas durante a reunião, duas se destacam: a elevação de 11% para 28% para onze produtos derivados de leite oriundos dos Estados Unidos e da União Europeia, como resposta à concessão de subsídios; e a de 14% para 18% sobre a entrada de filamentos têxteis chineses, como reação ao extraordinário volume importado recentemente.

Os membros do Mercosul concordaram, no final de novembro, com as bases de um ambicioso projeto de incremento do comércio internacional, informalmente batizado de acordo Sul-Sul. O compromisso de que o bloco apresente ofertas de liberalização tarifária aos demais partícipes, até maio do próximo ano, contribuiu para a procrastinação observada na cúpula de Montevidéu.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

O acordo Sul-Sul nasceu da insatisfação de países em desenvolvimento diante da falta de avanços da Rodada Doha, complexo painel de negociações orquestradas pela Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 2001. Durante a mais recente reunião da OMC, em face da resistência da comitiva dos Estados Unidos em melhorar sua proposta na área agrícola, 22 economias emergentes estabeleceram as bases de um entendimento que prevê corte de 20% nas suas tarifas comerciais, compreendendo 70% da pauta de mercadorias por elas produzidas.

Formalmente, são participantes do acordo os quatro membros do Mercosul, Índia, Coreia do Sul, Coréia do Norte, Egito, Argélia, Chile, Cuba, Irã, Indonésia, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Sri Lanka, Tailândia, Vietnã e Zimbábue. Até o final das negociações são esperadas desistências. A Tailândia atravessa um período de extrema instabilidade política; México e Chile, mais preocupados com seus tratados com os Estados Unidos, não participaram das últimas reuniões do grupo de ministros; Irã e Argélia somente concordaram em participar quando lhes foi concedido *status* de membros especiais, sujeitos a menor corte em suas tarifas aduaneiras. Os dois países ainda estão em processo de admissão à OMC. Existe, ainda, a possibilidade de que os países que compõem a União Aduaneira da África Austral – África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia – participem do acordo.

A implantação de salvaguardas será admitida. A importação de automóveis sul-coreanos, por exemplo, deve constar de uma lista de exceções brasileira. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) mostram que, em novembro, as duas montadoras coreanas mais representativas no mercado nacional, Hyundai e Kia, responderam por mais de 4% das vendas nacionais. A participação da Hyundai (3,08%) foi superior à de montadoras com produção brasileira, como Peugeot, Citroën e Nissan. Todos os seus veículos comercializados no País são importados e, em comparação com novembro do ano passado, houve crescimento de 819,6%. Tal elevação foi calcada na desoneração tributária e, principalmente, na valorização da moeda brasileira.

As tratativas ocorrerão sob os auspícios e de acordo com as regras da UNCTAD, órgão das Nações Unidas voltado ao suporte e ao desenvolvimento do comércio internacional. Suas normas sobre registro de origem e coeficiente de nacionalização são peças-chave para que o processo avance. Essa aliança de economias emergentes, ainda que não consiga promover grande incremento na corrente de comércio, tem o mérito de mostrar a dicotomia entre discurso e prática na política comercial norte-americana.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO BRASILEIRAS - PAÍSES DO ACORDO SUL-SUL - 2008-2009

PAÍS	VALOR (US\$ FOB)			
	2008		Jan.-Dez. 2009	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Argélia	632.486.469	2.501.983.528	637.092.936	1.287.778.527
Argentina	17.605.620.920	13.258.441.083	10.798.136.509	10.070.328.244
Chile	4.791.703.200	3.951.856.742	2.263.976.468	2.277.011.880
Coreia do Norte	204.698.925	176.415.986	117.947.955	81.792.685
Coreia do Sul	3.118.567.635	5.413.084.430	2.413.020.114	4.320.080.978
Cuba	526.848.434	45.364.051	256.384.177	41.770.636
Egito	1.408.639.245	217.885.692	1.305.277.622	84.419.350
Índia	1.102.342.120	3.564.304.236	2.919.770.777	1.906.185.801
Indonésia	1.143.062.144	1.109.316.163	1.047.924.269	912.807.283
Irã	1.133.379.111	14.782.915	1.066.422.105	18.630.549
Malásia	877.261.331	1.636.796.839	681.892.056	1.108.909.360
Marrocos	511.108.489	1.144.141.196	479.357.712	328.580.084
México	4.281.324.607	3.125.389.354	2.406.334.887	2.501.628.014
Nigéria	1.535.589.616	6.704.379.120	1.001.554.054	4.287.520.065
Paquistão	309.038.192	72.502.301	163.551.172	42.162.101
Paraguai	2.487.561.397	657.494.515	1.483.529.591	515.286.178
Sri Lanka	21.832.210	22.804.809	79.439.796	17.194.295
Tailândia	1.565.680.906	1.420.374.221	1.033.612.688	1.159.902.184
Uruguai	1.644.125.714	1.018.152.915	1.214.679.396	1.128.548.261
Vietnã	334.518.971	200.122.182	326.535.787	193.144.018
Zimbábue	11.709.634	2.878.524	3.608.885	1.642.472

FONTE: MDIC/SECEX

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS CONTAS REGIONAIS DO ANO DE 2007

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Divulgados no dia 18 de novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados das Contas Regionais de 2007 permitem avaliar o desempenho das economias das unidades da federação no referido exercício, quando o Produto Interno Bruto (PIB) nacional apresentou crescimento de 6,1%, a mais alta taxa dos últimos 22 anos.

Inicialmente, não obstante o propício contexto macroeconômico, que influenciou positivamente o comportamento de todos os PIBs regionais, podem ser observadas diferenças razoáveis entre os números contabilizados pelos estados brasileiros (tabela 1). Em um extremo, constata-se expansão apenas moderada da economia do Piauí, atingindo variação real de 2,0%, muito abaixo da taxa registrada pelo País. Do lado oposto, como reflexo do notável aumento do *quantum* agropecuário e dos seus efeitos multiplicadores sobre outras atividades produtivas, observa-se forte elevação do PIB mato-grossense, com incremento real de 11,3%.

Entre os estados que anotaram pronunciada ampliação do produto econômico em 2007, pode-se citar ainda o Maranhão (com crescimento de 9,1%), Espírito Santo (7,8%), São Paulo (7,4%), Mato Grosso do Sul (7,0%), Paraná (6,7%), Acre (6,5%), Rio Grande do Sul (6,5%) e Sergipe (6,2%), todos com taxa superior à do Brasil. De um modo geral, as performances significativas dessas unidades da federação refletem a conjugação dos bons resultados dos setores primário, secundário e terciário, embora seja relevante a influência de fatores específicos na determinação do alto dinamismo de alguns PIBs estaduais, como, por exemplo, a considerável elevação da produção da indústria extrativa, que favoreceu as economias do Maranhão (com o aumento da pelotização do minério de ferro proveniente do Pará) e do Espírito Santo (dada a ampliação da extração de petróleo e gás natural).

TABELA 1 - TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - 2007

UF	TAXA (%)	UF	TAXA (%)
Mato Grosso	11,3	Bahia	5,3
Maranhão	9,1	Rondônia	5,2
Espírito Santo	7,8	Amapá	5,1
São Paulo	7,4	Tocantins	4,7
Mato Grosso do Sul	7,0	Amazonas	4,5
Paraná	6,7	Alagoas	4,1
Acre	6,5	Rio de Janeiro	3,6
Rio Grande do Sul	6,5	Ceará	3,3
Sergipe	6,2	Roraima	2,6
Santa Catarina	6,0	Rio Grande do Norte	2,6
Distrito Federal	5,9	Pará	2,2
Minas Gerais	5,6	Paraíba	2,2
Goiás	5,5	Piauí	2,0
Pernambuco	5,4	BRASIL	6,1

FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Particularmente no caso do Paraná, a maior contribuição para a expressiva expansão econômica coube aos serviços, que representam atualmente 63,8% do valor adicionado do Estado, registrando taxa de crescimento de 6,7% em 2007. Ademais, comprovando a abrangente evolução da renda no exercício em análise, as variações reais da agropecuária e da indústria também foram elevadas, alcançando 13,1% e 4,6%, respectivamente, com pesos relativos de 8,6% e 27,7% dos citados segmentos no valor adicionado paranaense.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Já em uma avaliação dos movimentos de caráter estrutural, utilizando uma longa série de estatísticas das Contas Regionais¹, verifica-se que o PIB estadual avançou a uma taxa média de 3,3% ao ano no período de 1995 a 2007 (tabela 2), o que pode ser classificado como um patamar intermediário de crescimento, posicionando-se entre importantes unidades da federação da Região Sudeste, que apresentam variações do produto não tão proeminentes, e alguns estados altamente dinâmicos do Norte e Centro-Oeste, cujos destacados desempenhos derivam do grande potencial de expansão característico das economias ainda pouco maduras.

TABELA 2 - TAXA MÉDIA ANUAL REAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - 1995-2007

UF	TAXA MÉDIA REAL 1995-2007 (%)	UF	TAXA MÉDIA REAL 1995-2007 (%)
Região Norte	4,7	Rio Grande do Norte	3,2
Amazonas	5,8	Piauí	3,1
Amapá	5,3	Paraíba	3,1
Tocantins	4,4	Ceará	2,7
Acre	4,4	Pernambuco	2,6
Rondônia	4,3	Alagoas	2,3
Roraima	4,3	Região Sul	2,8
Pará	3,8	Paraná	3,3
Região Centro-Oeste	4,2	Santa Catarina	3,1
Mato Grosso	6,4	Rio Grande do Sul	2,3
Goiás	3,8	Região Sudeste	2,4
Distrito Federal	3,8	Espírito Santo	4,5
Mato Grosso do Sul	3,6	Minas Gerais	3,0
Região Nordeste	3,1	São Paulo	2,3
Maranhão	4,0	Rio de Janeiro	1,9
Sergipe	3,6	BRASIL	2,8
Bahia	3,3		

FONTES: IBGE - Contas Regionais do Brasil

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Tanto é assim que o crescimento do Paraná superou o de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro no intervalo em questão, ficando abaixo das taxas médias contabilizadas por alguns estados de menor dimensão econômica, em sua maioria localizados na fronteira agrícola e/ou detentores de grandes reservas minerais. Quando se considera, por exemplo, o grupo das cinco maiores economias regionais, cabe ao Paraná o melhor resultado, suplantando inclusive a evolução média anual de 2,8% do País, o que redundou em aumento da participação local no PIB brasileiro.

Somente a título de comparação, a importância relativa do Estado no valor final dos bens e serviços produzidos pela Nação atingiu 5,70% em 1995, subindo para 5,86% em 2000 e, finalmente, para 6,07% em 2007 (tabela 3). Na série de 13 anos, a participação mais elevada foi registrada em 2003, quando o forte incremento na produção primária e os seus desdobramentos positivos sobre a indústria e os serviços levaram a um peso de 6,44% no PIB nacional, resultado que sofreu influência também da fraca performance da economia brasileira no período (crescimento de apenas 1,15%).

A propósito, os percentuais não tão favoráveis, como nos anos de 1997, 2005 e 2006, também podem ser imputados em razoável medida ao setor agropecuário, que esporadicamente apresenta decréscimos produtivos em razão da ocorrência de intempéries climáticas. Por isso, paralelamente à manutenção da pujança do agronegócio estadual, são desejáveis avanços na direção da diversificação da base econômica paranaense, o que indiscutivelmente assegurará melhores condições para a viabilização de processos de crescimento prolongado.

¹ A série 1995-2001 das Contas Regionais foi revisada recentemente pelo IBGE, utilizando-se um procedimento conhecido como retropolação. Com isso, os resultados dos PIBs regionais tornaram-se perfeitamente comparáveis de 1995 a 2007. Até então, a série dos dados era dividida em duas metodologias (referências 1985 e 2002).

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL - 1995-2007

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)	ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1995	5,70	2002	5,98
1996	5,71	2003	6,44
1997	5,64	2004	6,31
1998	5,83	2005	5,90
1999	5,95	2006	5,77
2000	5,86	2007	6,07
2001	5,87		

FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

AGROINDÚSTRIA

COROL inaugura moinho em Rolândia

A Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (COROL), região Norte Central Paranaense, investiu R\$ 36 milhões na construção de um novo moinho de trigo, que ocupa 12 mil metros quadrados e é capaz de produzir 400 toneladas de farinha por dia. A cooperativa firmou contrato para fornecer farinha industrial para a indústria de massa Marilan, de Marília (SP), e pretende construir um pastifício oportunamente. Aproximadamente 1.800 dos 8 mil cooperados são tricultores.

COROL aposta no trigo industrializado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 2009. Caminhos do Campo, p.2.

NOVO moinho promete aumentar produção de trigo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 4 nov. 2009. p.11.

Grupo indiano compra duas usinas paranaenses

A companhia indiana Shree Renuka Sugars adquiriu duas das três usinas pertencentes à Vale do Ivaí por US\$ 82 milhões. Assumiu, também, dívidas estimadas em US\$ 240 milhões. As usinas compradas estão localizadas em São Pedro do Ivaí e Marialva, municípios da região Norte Central do Paraná. A terceira unidade, em Fronteira (MG), continuará com os atuais sócios.

O grupo tem a intenção de ampliar em 20% a capacidade produtiva das usinas nos dois próximos anos e construir uma nova fábrica de açúcar em Marialva.

LÜCKMAN, André. Indianos compram usinas no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 nov. 2009. p.23.

COMÉRCIO

Angeloni abre nova loja em Curitiba

A rede de supermercados Angeloni inaugurou sua segunda loja em Curitiba, com uma área edificada de 18,6 mil metros quadrados. Para tanto, foram investidos R\$ 40 milhões. A empresa projeta faturamento de R\$ 1,4 bilhão para este ano, 10% superior ao do ano passado.

CARVALHO, Joyce. Rede Angeloni inaugura nova loja na capital. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 18 nov. 2009. p.11.

SCHEFFER, Cinthia. Angeloni abre loja e quer crescer 10%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2009. p.23.

Maxxi Atacado inaugura loja em Pinhais

O grupo Walmart Brasil investiu R\$ 25 milhões na abertura da quarta loja paranaense a utilizar sua bandeira atacadista, Maxxi Atacado. Localizada em Pinhais, na RMC, a loja conta com 3 mil metros quadrados de área construída. A rede Maxxi Atacado possui duas lojas em Curitiba, uma em Londrina, na região Norte Central, e pretende inaugurar outras três lojas no Estado até o final de 2010.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Maxxi Atacado abre nova loja em Pinhais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 nov. 2009. p.25.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/09/2009 a 31/10/2009.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmico de Ciências Econômicas, estagiário do IPARDES.

INDÚSTRIA

Ouro Fino diversifica produção

Sediada em Campo Largo, na RMC, a Empresa de Águas Ouro Fino investiu R\$ 1,2 milhão no desenvolvimento de uma linha de produção de refrigerantes.

Seu faturamento em 2009 manteve-se estável em relação ao do ano passado. A companhia espera crescer 15% em 2010.

FUCHS, Franco Caldas. Ouro Fino começa a fabricar refrigerantes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 nov. 2009. p.19.

Inaugurada fábrica de chá em Fazenda Rio Grande

A Coca-Cola Company, que adquiriu em 2007 a indústria paranaense Leão Júnior, produtora de chás, destinou R\$ 30 milhões à construção de uma nova fábrica, em Fazenda Rio Grande, na RMC, a qual foi inaugurada em novembro de 2009.

A nova unidade, que substituirá a fábrica localizada na capital, tem capacidade de processar quase 11 mil toneladas de chá seco por ano. Com planos de investir R\$ 11 milhões no Brasil até 2014, a multinacional norte-americana investiu R\$ 80 milhões na marca Leão Júnior nos dois últimos anos. Em conjunto, as fábricas da empresa no Paraná e no Rio de Janeiro produzem, anualmente, 50 milhões de litros de chá pronto e o equivalente (após o preparo) a 500 milhões de litros de chá seco.

CUNHA, Lillian. Coca-Cola investe R\$ 11 bi até 2014 para dobrar de tamanho no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 nov. 2009. Empresas, p.B1.

ORGIS, Guido. Fábrica da Leão é "vitrine verde" da Coca-Cola. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2009. Economia, p.23.

Petrobras adquire 50% de usina em Marialva

A Petrobras Biocombustíveis (PBio) adquiriu metade do capital social de uma usina de produção de biodiesel localizada em Marialva, na região Norte Central Paranaense, por R\$ 55 milhões. O complexo havia sido comprado em maio deste ano, pela empresa gaúcha BSBios, durante o processo de recuperação judicial da Agrengo, que o havia construído.

PBio e BSBios investirão, até março de 2010, aproximadamente R\$ 100 milhões em equipamentos e obras nas instalações. Estima-se que a produção anual da usina alcance 120 milhões de litros de biodiesel.

GOMES, Luana; STRASSACAPA, Hélio. Estatal produzirá biodiesel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 nov. 2009. p.25.

MIGUEL, Hélio. Usina de biodiesel em Marialva. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 nov. 2009. p.9.

Gemalto investe R\$ 10 milhões em Pinhais

A multinacional holandesa Gemalto investirá R\$ 10 milhões em sua fábrica, localizada em Pinhais, na RMC. Voltada à segurança digital, a Gemalto iniciará a produção de *microchips* e de policarbonato, polímero moldável utilizado em equipamentos de informática.

GEMALTO investe no PR R\$ 10 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 2009. p. 19.

WAP desenvolve nova tecnologia

A WAP investiu R\$ 500 mil e gastou aproximadamente um ano em pesquisas para o desenvolvimento de uma lavadora de alta pressão que utiliza ozônio misturado à água. Sua fábrica se localiza em São José dos Pinhais, na RMC. Seu faturamento em 2008 foi de R\$ 36,5 milhões, e a empresa prevê que, em 2009, alcance R\$ 60 milhões.

JASPER, Fernando. Wap "renasce" em São José dos Pinhais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 nov. 2009. p. 25.

Klabin expande plantio de florestas

A Klabin, fabricante de papel e celulose sediada em Telêmaco Borba, região Centro-Oriental do Paraná, investiu US\$ 25 milhões na expansão da área plantada com eucalipto no último semestre. Aproximadamente 80% do capital alocado é proveniente de um fundo de investimentos europeu, em contrato com duração de 28 anos – correspondente a quatro ciclos de produção da árvore. A matéria-prima deverá ser utilizada por fábrica de celulose que a companhia planeja construir no Estado até 2015. A Klabin possui 216 mil hectares plantados com eucalipto e pinus e estima que o abastecimento da nova unidade exija entre 40 mil e 50 mil hectares adicionais.

A empresa investiu aproximadamente R\$ 300 milhões em 2009. A expectativa é de que em 2010 ela invista R\$ 350 milhões e que seu faturamento cresça 5%.

FONTES, Stella. Klabin faz plantio com fundo europeu. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 dez. 2009. Empresas, p.B9.

Indústria de latas de alumínio em Ponta Grossa

A Crown Embalagens, parceria entre a multinacional norte-americana Crown Holdings e a Petropar, indústria petroquímica nacional, implantará uma fábrica de latas de alumínio no distrito industrial de Ponta Grossa, na região Centro-Oriental do Estado. A administração municipal doou terreno com 400 mil metros quadrados e o governo do Estado ofereceu incentivos previstos no programa Bom Emprego.

Estima-se que as instalações demandem investimento de R\$ 140 milhões; esta será a quarta planta da Crown no Brasil, a terceira a produzir latas. A companhia prevê produção anual de 1 bilhão de recipientes, de 350 e 473 mililitros, a partir do primeiro trimestre de 2011.

LIMA, Marli. Paraná vai receber terceira fábrica da Crown no país. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 dez. 2009. Empresas, p.B8.

PR ganhará 1ª fábrica de latas de alumínio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 dez. 2009. p. 24.

Renault investirá R\$ 1 bilhão no próximo triênio

A Renault anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão no desenvolvimento de projetos e no lançamento de novos veículos no Brasil. O montante será aplicado nos próximos três anos. Parte do valor deverá ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – a montadora possui linhas de crédito pré-aprovadas com a instituição.

A empresa realizou, entre 2006 e 2009, plano de investimentos de R\$ 1 bilhão. A planta da companhia, em São José dos Pinhais (RMC), produziu 120 mil veículos em 2009, entre veículos de passeio e utilitários.

JASPER, Fernando. Renault investirá R\$ 1 bi no país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 dez. 2009. p.28.

SILVA, Cleide. Renault terá rival para o EcoSport. **O Estado de S. Paulo**, 9 dez. 2009. Economia, p.B16.

SERVIÇOS

Grupo Solvay anuncia nova unidade em Curitiba

A multinacional belga Solvay irá inaugurar um Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, que realizará operações financeiras e de organização de recursos humanos para afiliadas do grupo em todo o mundo. Serão investidos R\$ 6 milhões e prevê-se que o início das operações ocorra em maio de 2010. A Solvay opera no Paraná através das subsidiárias Inergy, fabricante de peças plásticas para a indústria automotiva localizada em Piraquara (RMC), e Peróxidos do Brasil, produtora de insumos químicos industriais sediada na capital.

MIGUEL, Hélio. Solvay anuncia nova unidade. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 26 nov. 2009. p.11.

MULTINACIONAL belga se instala em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 nov. 2009. p.28.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009 ⁽¹⁾	3 091	7 362	2 382	43 821	166 103	3 790	26 304	543 843	20 675

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009 ⁽¹⁾	85 572	86 772	1 014	644 014	54 864 248	85 191	45 077	130 428	2 893

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2009

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009 ⁽¹⁾	650 162	793 890	1 221	181 352	4 336 906	23 914	2 777 776	11 039 108	3 974

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009 ⁽¹⁾	418	994	2 378	4 075 610	9 448 850	2 318	1 302 438	2 535 138	1 966

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

... Dados não disponíveis.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2009

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Maio	202 366	26 619	38 286
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	202 923	23 431	39 267
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	227 475	18 142	40 843
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	204 680	19 574	37 427
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	214 748	23 352	38 650
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	226 221	27 203	40 560
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	210 898	22 824	36 199
2004	1 557 747	276 808	340 568	Dezembro	197 247	28 057	39 768
2005	1 788 481	308 947	367 765	2009 ⁽¹⁾	1 210 060	127 557	244 464
2006	1 856 061	316 897	390 394	Janeiro	195 787	21 742	39 155
2007	2 057 318	295 010	437 152	Fevereiro	186 249	15 748	38 572
2008	2 480 908	279 609	454 340	Março	207 585	19 118	39 479
Janeiro	209 736	23 875	36 983	Abril	204 305	24 370	42 527
Fevereiro	186 985	21 375	33 944	Maio	206 920	23 778	43 028
Março	195 757	20 218	34 780	Junho	209 215	22 801	41 702
Abril	201 869	24 939	37 634				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2009

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 591	49,46	307 620	2,02	15 247 237
2009 ⁽¹⁾	4 517 626	46,76	1 141 566	11,82	3 832 872	39,67	169 213	1,75	9 661 278
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maio	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2009

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	- 752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008 ⁽¹⁾	15 247 237	14 570 362	676 874	197 942 443	173 196 634	24 745 809
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	- 117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Mai	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337
Outubro	1 215 134	1 577 236	- 362 102	18 512 308	17 305 138	1 207 169
Novembro	868 686	970 847	- 102 161	14 752 573	13 140 212	1 612 361
Dezembro	979 262	1 035 165	- 55 903	13 817 398	11 516 629	2 300 769
2009 ⁽¹⁾	10 429 191	8 736 891	1 692 300	138 532 119	115 351 693	23 180 426
Janeiro	746 662	579 843	166 819	9 781 920	10 311 387	- 529 467
Fevereiro	596 549	556 887	39 662	9 586 406	7 823 415	1 762 991
Março	855 697	670 450	185 247	11 809 225	10 052 502	1 756 723
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 903	3 694 714
Mai	1 115 843	678 427	437 417	11 984 585	9 348 083	2 636 502
Junho	1 328 693	750 757	577 937	14 467 785	9 861 924	4 605 860
Julho	1 036 008	958 906	77 102	14 141 930	11 229 089	2 912 841
Agosto	1 103 003	783 232	319 771	13 840 850	10 770 600	3 070 251
Setembro	909 199	1 074 248	- 165 049	13 863 222	12 535 939	1 327 283
Outubro	847 921	1 059 746	- 211 825	14 081 686	12 753 587	1 328 099
Novembro	767 913	1 021 453	- 253 539	12 652 892	12 038 264	614 629

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2009

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,35	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	94,77
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,61	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	113,27
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,35	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	111,90
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	111,10
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	198,97
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,73	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	157,74
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	99,02	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	97,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	630,14	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	483,56
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,16	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	184,92
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	129,84	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	125,41

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	
Combustíveis e lubrificantes	101,59	101,01	88,57	81,49	83,10	88,86	85,46	82,77	96,66	85,48	96,45	86,23	88,63	89,19	84,53	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	119,88	116,97	124,19	122,16	154,87	123,06	120,57	111,93	120,47	131,32	123,93	116,62	123,90	135,72	121,27	
Hipermercados e supermercados	118,53	115,45	122,77	120,83	153,54	121,79	119,31	110,69	119,20	130,10	122,51	115,30	122,62	134,56	119,88	
Tecidos, vestuário e calçados	112,42	113,61	103,49	100,90	192,86	108,14	109,25	80,52	93,23	113,39	137,51	116,71	111,49	102,98	113,93	
Móveis e eletrodomésticos	197,05	189,80	203,93	190,79	268,94	181,61	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00	178,18	194,45	196,12	194,49	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	152,41	152,40	154,45	158,46	196,02	173,21	156,00	150,76	170,11	168,36	184,48	181,38	184,46	190,16	174,51	
Livros, jornais, revistas e papelaria	107,56	101,66	70,84	68,23	145,89	114,46	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89	95,64	106,45	109,93	111,87	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 034,15	1 014,53	899,24	845,84	929,57	995,06	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03	1 118,56	1 148,33	1 157,07	1 241,36	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	194,37	182,48	204,62	197,20	344,35	198,42	194,41	169,26	195,88	202,61	234,20	200,74	194,16	196,12	191,04	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	132,34	129,42	131,80	128,03	171,38	130,77	129,67	115,74	128,31	133,14	137,52	128,20	133,78	139,81	131,82	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2009

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	125,3	118,9	130,8
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	94,9	78,8	103,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	114,0	102,1	120,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	103,3	101,7	104,8
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	131,9	123,1	131,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	229,5	210,7	203,9
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	91,2	89,1	94,5
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	78,4	66,2	51,7
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	117,4	110,6	119,2
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	100,6	106,9	111,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	98,0	96,6	105,5
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	161,5	158,1	170,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	150,1	136,1	129,1
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	245,3	260,0	297,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	90,6	81,7	81,4

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08
Indústria de transformação	133,6	142,5	137,9	146,7	139,3	145,0	150,3	132,9	109,3	127,6	114,7	120,6	136,1	129,9	125,4	115,1	138,9	138,1	130,0	151,2	151,2
Alimentos	111,5	125,3	123,2	137,8	123,4	124,3	122,5	114,3	94,2	109,1	73,4	84,4	110,6	120,5	123,1	119,9	117,2	125,3	107,7	107,7	107,7
Bebidas	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	141,2	143,8	174,0	112,5	124,9	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	154,7
Madeira	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	96,6	80,4	84,7	72,6	68,9	68,1	84,3	70,6	80,4	70,9	70,6	72,8	67,1	74,9	74,9
Celulose, papel e produtos de papel	133,5	135,1	136,9	142,5	119,6	139,0	136,4	139,6	129,7	130,0	127,9	127,5	131,8	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	142,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9	287,3	235,9	223,1	276,1	414,3	517,7	599,4	521,8	442,9	320,0	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	504,1
Refino de petróleo e álcool	99,4	108,6	106,6	112,6	88,0	103,2	105,8	105,6	103,8	99,7	82,4	81,7	96,8	102,7	109,1	106,9	108,9	109,5	99,4	107,1	107,1
Outros produtos químicos	68,0	56,2	86,2	82,6	56,0	74,6	70,1	40,3	44,3	80,8	72,4	79,1	77,3	65,4	55,6	67,3	110,1	106,9	92,7	96,6	96,6
Borracha e plástico	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	137,4	122,0	99,6	117,9	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	120,9	129,8	129,8
Minerais não metálicos	112,0	119,2	120,1	132,3	134,2	129,7	132,5	121,9	122,7	123,3	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	119,3	132,1	135,5	128,9	127,3	127,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	128,3	119,1	93,5	96,0	97,4	82,3	88,0	92,4	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	114,0	114,0
Máquinas e equipamentos	165,2	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	186,7	158,9	117,1	132,9	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,4	148,7	162,6	174,9	174,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	117,9	123,1	143,3	145,8	130,6	141,1	143,0	117,5	114,8	110,9	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	149,6
Veículos automotores	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	354,8	274,4	105,0	182,6	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	213,06	152,5	278,1	278,1
Mobiliário	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	103,7	96,9	93,0	77,6	63,2	62,0	69,5	72,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	108,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2009

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	109,5	110,0	110,4	111,1	110,5	111,1	111,1	111,6
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	75,4	75,7	75,6	75,9	75,4	74,7	74,8
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	110,0	110,4	110,9	111,5	110,9	111,5	111,6	112,1
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,5	161,4	161,0
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5	102,8
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,1	86,0
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	116,5	119,3	117,9	120,2	117,2	116,6	114,4	116,3
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9	111,8
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	50,4	50,2	49,8	48,8	48,2	47,1	44,2	43,4
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	124,0	124,4	123,5	124,2	123,6	123,8	123,9	127,4
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4	293,0
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8	115,1
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	88,0	89,6	90,1	89,9	90,9	94,7	93,9	94,4
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	140,0	135,7	134,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1	72,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	101,2	100,1	98,6	99,8	98,6	102,8	106,6	108,6
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6	166,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	96,6	98,1	99,7	101,8	103,9	105,6	107,4	107,6
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	147,4	147,9	150,3	149,1	151,1	151,9	152,0	150,0
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	68,7	66,6	64,8	63,8	60,9	60,5	62,2	63,7

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	
Indústria geral	111,2	111,0	109,1	105,3	103,1	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4	102,9	102,9	102,9	103,6	
Indústrias extrativas	76,5	76,8	77,6	76,8	73,4	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9	72,4	72,3	71,8	69,6	
Indústria de transformação	111,6	111,5	109,5	105,7	103,6	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8	103,3	103,3	103,3	104,1	
Alimentos e bebidas	163,1	163,9	162,3	156,4	157,5	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1	161,0	159,3	159,0	159,9	
Fumo	103,7	101,2	102,0	108,3	177,7	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5	102,1	102,6	99,9	103,1	
Têxtil	85,5	81,4	79,3	77,1	77,4	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5	77,9	77,2	77,2	78,1	
Vestuário	116,6	114,6	103,4	97,1	97,4	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2	97,2	97,9	98,2	99,5	
Calçados e couro	107,3	98,9	88,2	84,9	90,2	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7	91,7	94,7	96,7	98,3	
Madeira	42,6	41,7	41,1	38,7	36,5	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4	36,2	35,6	35,2	34,2	
Papel e gráfica	126,5	127,9	126,8	124,1	122,9	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2	124,0	125,9	125,4	125,4	
Refino de petróleo e combustíveis	292,4	293,3	290,4	273,9	271,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1	293,0	295,5	294,1	290,4	
Produtos químicos	89,1	87,2	89,5	88,5	92,1	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6	97,8	94,6	97,5	98,7	
Borracha e plástico	94,1	95,3	93,9	91,6	84,7	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7	80,4	82,5	82,1	82,3	
Minerais não-metálicos	132,6	134,1	134,6	133,7	130,9	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6	132,9	131,0	126,0	126,4	
Metalurgia básica	73,4	73,7	74,1	73,4	70,8	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8	69,9	69,7	69,8	70,4	
Produtos de metal ⁽¹⁾	108,2	107,9	107,1	104,8	104,0	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4	100,2	101,1	103,2	104,5	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	165,8	166,4	163,5	155,3	148,9	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3	146,2	145,3	148,5	155,0	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	110,9	110,5	109,9	108,6	102,8	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1	100,6	100,3	101,3	103,9	
Fabricação de meios de transporte	155,0	155,7	150,7	145,8	141,6	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6	138,6	140,1	142,5	142,5	
Fabricação de outros produtos	65,2	66,6	67,8	65,5	59,1	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0	56,6	56,8	54,0	55,1	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2009

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404
Outubro	387	380	3 276	1 603	355	-	6 001
Novembro	-4 974	-747	4 690	1 236	-377	-	-172
Dezembro	-25 398	-3 610	-2 784	-11 217	-6 813	-	-49 822
2009	23 425	10 847	17 683	34 208	2 874	-	89 037
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,97
2007 ⁽³⁾	161 582	6,76	2 661 345	6,09

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br